

PAUTA DA 32ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, na reunião que ocorrerá no dia 26/11/2024, às 10h30min, no Complexo de Eventos Tabajara, no Município de Chapecó, deliberará sobre as seguintes matérias:

1 - PL 329/2024

Autor: Deputado Marcius Machado (PL)

Relator: Deputado Volnei Weber (MDB)

O projeto proíbe a caça e o abate de animais silvestres de qualquer espécie, considera a prática como infração gravíssima e imputa multa aos seus autores cujos valores variam de R\$ 2 mil a 20 mil reais.

2 - PL 165/2024

Autor: Deputado Oscar Gutz (PL)

Relator: Deputado Marcius Machado (PL)

A proposição obriga que os cães de raças notadamente violentas sejam conduzidos com guia curta e focinheira ao transitarem em elevadores e áreas comuns dos condomínios.

Serão considerados como raças notadamente violentas: Pitbull e assemelhados, Rottweiler, Dobermann, Presa Canário, Chow-Chow, Carne Corso e Dogo Argentino.

3 - PL 399/2024

Autor: Deputado Lucas Neves (PODEMOS)

Relator: Deputado Marcius Machado (PL)

O projeto institui o Programa de Controle de Diabetes na Escola e é destinado aos alunos da educação básica e infantil de baixa renda.

A pretensão da medida é disponibilizar sensores de monitoramento contínuo de diabetes aos alunos com diabete mellitus tipo 1.

4 - PL 414/2021

Autor: Deputada Paulinha (PODEMOS)

Relator: Deputado Fabiano da Luz (PT)

O projeto institui o fornecimento, em caráter excepcional, de medicamentos à base de Cannabis nas unidades da rede pública de saúde do estado.

De acordo com a proposta de lei, o remédio somente será fornecido aos pacientes portadoras de doenças cujas conseqüências clínicas sejam comprovadamente diminuídas pelo uso da substância.

5 - PL 442/2023

Autor: Deputado Oscar Gutz (PL)

Relator: Deputado Fabiano da Luz (PT)

A medida torna obrigatório constar a informação “Este produto usa leite importado” nos produtos lácteos no estado, sob pena de multa pecuniária ou até mesmo da suspensão temporária das atividades da empresa produtora da mercadoria.

6 – MSV 639/2024

Autor: Governador do Estado

Relator: Deputado Pepê Collaço (PP)

A mensagem de veto do Governador do Estado ao projeto de lei aprovado pelo Parlamento Catarinense que alterava a Lei n. 18.634/2023.

A regra proibida pelo Chefe do Executivo concedia prioridade de crédito do Programa Estadual de Incentivo à Apicultura e Meliponicultura (PROMEL) aos produtores de mel impedidos de exercer as atividades em razão de condições climáticas adversas.

7 – PL 395/2024

Autor: Deputado Camilo Martins (PODEMOS)

Relator: Deputado Pepê Collaço (PP)

A proposta garante às pessoas portadoras de necessidades especiais o direito de demandar e acessar os serviços públicos por meio digital, sem a necessidade da presença física.

Dentre os serviços assegurados por meio digital estão os atos processuais em que for parte ou interessada e os serviços de cartórios e registros, além dos processos administrativos.

8 – PLC 40/2023

Autor: Governado do Estado

Relator: Deputado Camilo Martins (PODEMOS)

O projeto de lei complementar de autoria governamental tem por objetivo instituir as Microrregiões de Água e Esgoto Sanitário de Santa Catarina (MRAE) e sua estrutura de governança.

O projeto estadual deriva do comando da Lei Federal n. 11.445/2007, atualizada pela Lei n. 14.026/2020, que estabeleceu metas de universalização dos serviços de abastecimento de água potável (99% da população atendida) e de coleta e tratamento de esgoto (90% da população atendida), o que deve ocorrer até 31 de dezembro de 2033 ou, se as condições econômico-financeiras não forem favoráveis, até 31-12-2039.

A legislação federal condiciona o repasse de recursos federais à criação de estruturas regionais de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

9 – PL 481/2024

Autor: Deputado Emerson Stein (PL)

Relator: Deputado Napoleão Bernardes (PSD)

A proposta autoriza a suspensão ou cancelamento dos alvarás de funcionamento de estabelecimentos no Estado no caso de perturbação do sossego público.

De acordo com o texto proposto, a suspensão ou cancelamento das atividades deverá ocorrer após reclamação formal junto aos órgãos competentes e atuação direta das forças policiais constatando efetiva perturbação do sossego e da ordem pública.

A suspensão do alvará de funcionamento será por 30 dias; já o cancelamento ocorrerá na terceira perturbação do sossego registrada no prazo de 12 meses.

10 – PL 430/2024

Autor: Deputado Jessé Lopes (PL)

Relator: Deputado Napoleão Bernardes (PSD)

O projeto busca fomentar a regularização dos impostos de veículos, taxas de licenciamento e infrações de trânsito.

A medida possibilitará que o proprietário, no momento em que for abordado nas operações de fiscalização de trânsito, regularize eventuais débitos existentes no cadastro veicular, evitando a remoção do automóvel.

11 – PL 459/2024

Autor: Deputado Sérgio Guimarães (UNIÃO BRASIL)

Relator: Deputado Napoleão Bernardes (PSD)

O projeto isenta as pessoas com deficiência auditiva - unilateral total e bilateral, parcial ou total - do pagamento de impostos na aquisição de automóveis no estado.



Tal direito já é garantido aos deficientes físicos, visuais, mentais, autistas e ostonizados, de acordo com a Lei Estadual n. 17.292/2017.

12 – PL 282/2023

Autor: Deputado Marcius Machado (PL)

Relator: Deputada Ana Campagnolo (PL)

A proposta considera o descarte de lixo nos lagos, rios e mares do Estado como infração grave, para fins de incidência da multa prevista no Código Estadual de Proteção aos Animais.

13 – PL 266/2024

Autor: Deputado Marcos da Rosa (UNIÃO BRASIL)

Relator: Deputada Ana Campagnolo (PL)

O projeto busca instituir na rede pública de ensino o Programa de Tutoria Acadêmica.

Considera-se tutoria acadêmica a prática educacional que visa a fornecer suporte personalizado e orientação individualizada aos alunos.

A tutoria será desempenhada pelos próprios alunos, sendo escolhido o tutor pela instituição de ensino segundo os critérios de empatia, comunicação e comprometimento.

14 – PL 325/2024

Autor: Deputado Marcius Machado (PL)

Relator: Deputado Tiago Zilli (MDB)

O projeto altera a legislação acerca da política estadual de controle populacional de cães e gatos domésticos.

De acordo com os termos da proposta, o controle desses animais será feito por meio de esterilização permanente, e terão prioridade nesse procedimento as áreas

endêmicas de transmissão de doenças infecciosas aos humanos, aquelas com colônia de felinos, com cães que sofrem de fome, desnutrição e outras formas de abuso, ou naquelas em que haja alto índice de reprodução.

A proposta determina que o controle populacional de cães e gatos mediante esterilização seja feito como medida de saúde pública e bem-estar animal.

Ana Cláudia Torret Rocha

Comissão de Constituição e Justiça - CCJ

Coordenadoria das Comissões

(48) 3221-2576